

## RELATÓRIO

**Audiência Pública Virtual “A Importância do Arquivista e do Arquivo Público Municipal”**

**Local: Rede Social Facebook, página da Rádio e TV Câmara**

**Data: 30/09/2021**

**Horário: 14h às 16h**

### Componentes da Mesa

**Augusto Vasconcelos** – Vereador, Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

**Leide Mota de Andrade** – Presidente da Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA)

**Nádia Csoknyai Del Monte Kojio** – Representante dos Arquivos Públicos Municipais no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)

**Maria Teresa Navarro de Britto Matos** – Diretora do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

**Gillian Queiroga** – Professor Adjunto do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**Ana Paula Santos Ramos** – Secretária-geral da Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA)

**Gustavo Moris** – Representante da Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE)

**Adriana Pacheco dos Santos Caldas** – Representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT)

**Érica Carolina Serrano Borges** – Diretora Administrativa da AABA

### Abertura

**Augusto Vasconcelos**

Ressaltou o objetivo da audiência em tratar da importância do Arquivista e do Arquivo Público Municipal, ouvindo especialistas, profissionais que atuam na área e a Associação que representa os arquivistas do Estado da Bahia. Afirmou que a Arquivologia é uma ciência que estuda as funções do

arquivo e trata da necessidade de processar e armazenar informações, assegurando a memória de um povo. Destacou que o Arquivo Municipal já foi responsabilidade da Câmara Municipal de Salvador, Casa Legislativa mais antiga do Brasil que desde o século XVI produz leis e que assumiu, durante um período, a gestão do município. Afirmou que, por ser a Câmara Municipal uma das Casas Legislativas mais antigas do país, possui um legado de armazenamento de informações e memórias que contam a história de nossa sociedade. Ressaltou que para manusear, tratar, acompanhar e sistematizar são necessários profissionais que estudam e se dedicam a esta nobre missão. Lamentou que no município de Salvador não haja ainda o provimento de cargos necessários para dar conta dessa tarefa, apesar da previsão em lei municipal. Afirmou que este foi o fator que o motivou a apresentar, no início do ano, o Projeto de Indicação nº 190/2021, já aprovado na Câmara, por meio do qual a Casa Legislativa indica a realização de concurso público para o preenchimento das vagas previstas na lei municipal 8.909/2015, que prevê que os profissionais arquivistas atuem na implantação da gestão de documentos do município de Salvador, bem como apliquem as práticas de preservação da documentação física e digital.

### **Considerações da Mesa**

#### **Leide Mota de Andrade**

Salientou que a AABA é uma associação de caráter científico, técnico, profissional e cultural sem fins lucrativos que representa a comunidade arquivística baiana desde 2002 e que, desde então, vem atuando no cenário baiano e nacional em prol do reconhecimento da necessidade e importância do profissional arquivista no quadro de funcionários das organizações, sejam elas públicas ou privadas, em especial nas instituições públicas, que são as responsáveis pela preservação da memória de seu povo. Afirmou que o profissional arquivista é regulamentado pela lei 6.546/1978 e pelo decreto 82.590/1978, e é o responsável pela gestão da informação arquivística, atuando desde a criação, produção, classificação, avaliação, descrição, aquisição, difusão, preservação e informação registrada, seja ela produzida por pessoas ou por instituições. Lembrou que a conservação e a preservação são funções arquivísticas, mas não são as únicas. Ressaltou que, para que se tenha documentos históricos preservados, é preciso que haja a gestão da informação em todas as secretarias municipais de Salvador. Ponderou que os documentos produzidos hoje podem ser os documentos históricos de amanhã, mas para isso eles precisam receber o tratamento adequado, sendo avaliados, recolhidos ou descartados corretamente. Comentou que os noticiários ultimamente

têm afirmado que Salvador tem mais de 4 milhões de documentos importantíssimos que contam a história da cidade e que estes documentos estão sendo tratados, restaurados e serão disponibilizados ao público no novo arquivo histórico municipal. Porém questionou sobre os documentos que estão sendo produzidos hoje e que um dia precisarão ter seu acesso viabilizado para fins da memória de Salvador. Afirmou que é preciso tornar o arquivo histórico de Salvador uma instituição de fato arquivística, uma autoridade arquivística em sua esfera de competência, conforme define a Lei 8.159/1991, a Lei de Arquivos, e não apenas um espaço de custódia. Defendeu que a gestão da informação é indispensável a qualquer sociedade democrática e civilizada, e que o fazer arquivístico contribui para a consolidação do direito à informação, bem como ao exercício da cidadania. Afirmou que cabe à administração pública registrar e formalizar suas ações através da produção documental e fazer cumprir a Constituição Federal de 1988, a Lei de Arquivos, 8.159/1991, a Lei de Acesso à Informação, 12.527/2011 e a Lei de Transparência, 131/2009. Lembrou que a discussão ora estabelecida girava em torno do cumprimento da Lei Municipal 8.909/2015, que fixa o quantitativo de cargos de provimento efetivo da administração direta, autárquica e fundacional da Prefeitura Municipal de Salvador. Lembrou que já existe uma determinação legal, no âmbito da Prefeitura, para realização do concurso para arquivista, por meio de lei sancionada pelo executivo municipal há mais de cinco anos, porém até hoje não houve vaga para arquivista nos últimos concursos, mesmo a prefeitura não possuindo esse profissional no seu quadro pessoal efetivo. Disse que o Conselho Nacional de Arquivos realizou um senso, em 2020, sobre os arquivos públicos no Brasil, onde foi observado que dos 5.570 municípios brasileiros, apenas 302 possuem arquivos. Afirmou que Salvador possui arquivo, porém não possui arquivista trabalhando nesse arquivo. Continuou dizendo que o referido relatório apontou que, no Brasil, há cerca de um arquivo público para cada 520 mil habitantes e que essa relação é insuficiente em face dos desafios nacionais de acesso público à informação, direito à memória e transparência do Estado. Afirmou que a Bahia totaliza 417 municípios, 21 deles possuindo arquivo, Salvador sendo um deles, porém necessitando de profissionais qualificados para colocá-lo no cenário nacional e transformar a capital baiana em uma referência na gestão e preservação de documentos públicos. Solicitou que seja aberto concurso público para provimento das vagas disponíveis, pois desde 1998 a Bahia forma arquivistas através da UFBA e esses profissionais, para se incluírem no mercado de trabalho, estão saindo do estado, ocasionando a perda de profissionais qualificados para outras instituições. Concluiu dizendo que todo o esforço dispensado no pleito é para que o arquivo histórico de Salvador possa cumprir a função de tratamento de todos os documentos produzidos ou recebidos pela Prefeitura, Câmara ou Autarquias, garantindo o cumprimento das legislações vigentes e propiciando ao cidadão o acesso a direitos e o cumprimento de deveres, transparência de atos e ações governamentais, além da preservação da memória do povo soteropolitano.

## **Augusto Vasconcelos**

Afirmou que ouviu uma entrevista do presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia sobre o custo de digitalização do arquivo da entidade, que equivale a algo em torno de 2 milhões de reais. Lembrou que se trata de um instituto de direito privado com subvenções públicas, questionando o custo então do arquivo municipal, com maior robustez, envolvendo investimentos, configurando-se enquanto a memória da cidade, a transparência da gestão e o direito de acesso à informação.

## **Nádia Csoknyai Del Monte Kojio**

Afirmou que, apesar do grande avanço que o governo local vem proporcionando à população no sentido do acesso aos dados e informações de conjuntos documentais produzidos e acumulados no município em função das atividades do governo, é importante salientar que além das instalações, os arquivos públicos necessitam cumprir sua missão constitucional de serem responsáveis pela elaboração e implementação da política de gestão documental, bem como do recolhimento, tratamento e disponibilização dos dados, informações e documentos considerados de valor histórico, probatório e cultural. Explicou que essa missão, no caso dos municípios, cabe aos arquivos públicos municipais, no caso de Salvador, o próprio arquivo histórico da cidade. Considerou que, para se cumprir esta missão, é preciso reconhecer os arquivos até então históricos como arquivos públicos, garantir-lhes novo *status* e todas as condições necessárias para o seu pleno funcionamento, como está recomendado na resolução nº 27/2008 do Conselho Nacional de Arquivo (Conarq). Citou trecho da resolução: *“É dever do poder público, no âmbito dos Estados, Distrito Federal e dos municípios de criar e manter arquivos públicos na sua específica esfera de competência para promover a gestão, a guarda e a preservação de documentos arquivísticos e a disseminação das informações neles contidas e para tanto devem possuir: I – Personalidade jurídica própria, que o integre à administração pública direta por exercerem funções típicas de Estado; II – Infraestrutura física, material e tecnológica adequadas para a guarda, armazenamento e preservação de documentos de acordo com as normas e legislação em vigor; III - Recursos orçamentários e financeiros para a implementação e manutenção das políticas arquivísticas estabelecidas; IV - Recursos humanos qualificados, dos quadros permanentes da Administração Pública, para dar cumprimento às especificidades de suas atividades”*. Afirmou que, em Salvador, o Poder Executivo, em consonância com o Poder Legislativo municipais, devem garantir que o arquivo histórico de Salvador tenha capacidade para: ser o responsável pela política municipal de arquivos; atuar na forma de sistema e em rede; atuar no processo de avaliação dos conjuntos

documentais produzidos e acumulados em âmbito municipal, elaborando assim as suas tabelas de temporalidade municipais; manter o controle da produção, tramitação, eliminação e recolhimento dos conjuntos documentais produzidos e acumulados no município; autorizar eliminações; realizar atividades de recolhimento de todos os setores da administração pública e de todos os órgãos. Considerou que, com o advento das cidades inteligentes, essa missão constitucional se amplia, pois cabe aos arquivos públicos também o apoio no controle da geração, transmissão, armazenamento e disseminação dos dados produzidos e coletados nos municípios, tendo sempre como norte o atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados e à Lei de Acesso à Informação. Afirmou que grandes e importantes são as tarefas a serem planejadas e executadas pelos arquivos públicos municipais, e que estas devem ser cumpridas com recursos humanos qualificados, dos quadros permanentes da administração pública, para dar cumprimento às especificidades de suas atividades, sendo eles arquivistas, historiadores, técnicos de arquivo, bibliotecários, sociólogos, pedagogos, entre outros, já que se trata de um trabalho multidisciplinar. Pontuou que uma equipe técnica especializada, bem treinada e capacitada poderá trazer economia ao município. Lembrou que, para o exercício das atividades terceirizadas, a resolução nº 06 do Conarq não permite a terceirização de atividades de gestão documental, impedindo que atividades de elaboração de tabelas de temporalidade, guarda externa de documentos de valor permanente, descrição arquivística com a finalidade de ordenação e acessibilidade de acervos sejam terceirizadas.

### **Maria Teresa Navarro de Britto Matos**

Destacou que a Bahia representa uma referência histórica em razão da cidade de Salvador ter sediado a capital político-administrativa do Estado do Brasil colonial durante 214 anos (de 1549 a 1763). Afirmou que a condição de capital aliada à localização geográfica estratégica fez de Salvador também a capital do Atlântico Sul, ocasionando uma singularidade dos documentos produzidos neste período e custodiados pelo arquivo público do Estado da Bahia e arquivos municipais do Recôncavo. Citou o parágrafo II do art 216 da Constituição Federal: “*Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem*” e o art I da Lei Federal de Arquivos: “*É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação*”. Afirmou que o Conselho Nacional de Arquivos aprovou a resolução do Conarq nº 27 em 2008, que dispõe sobre o dever do poder público no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios de criar e manter arquivos públicos na sua específica esfera de

competência para promover a gestão, a guarda e a preservação de documentos arquivísticos, assim como a disseminação das informações neles contidas. Citou o parágrafo único do artigo I da referida resolução: “*O Arquivo Público deve ser entendido como a instituição do Poder Público com a função de implementar, acompanhar e supervisionar a gestão de documentos arquivísticos produzidos e recebidos pela Administração Pública em seu âmbito de atuação, e de promover a organização, a preservação e o acesso dos documentos de valor permanente ou histórico recolhidos dos diversos órgãos e entidades dos estados, do Distrito Federal e dos municípios*”. Citou também o art II da mesma resolução, já lido anteriormente. Comentou que a Declaração Universal sobre os Arquivos, aprovada na 36ª Sessão da Conferência Geral da Unesco e na Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquivos de 2010, demonstra um protagonismo social e arquivístico expresso na forma como apresenta o caráter fundamental dos arquivos para compreensão do passado, a documentação do presente e orientação das ações futuras. Afirmou que os arquivos são um patrimônio único e insubstituível, essencial à construção da cidadania. Concluiu dizendo que tal declaração reconhece que a preservação documental e memorial precisa ser compreendida como um compromisso de toda a sociedade para assegurar às gerações futuras o acesso à informação por meio de uma gestão democrática e transparente, priorizando o respeito aos direitos humanos e à cidadania.

## **Gillian Queiroga**

Lembrou que, na Constituição Federal de 1988, o direito de acesso à informação encontra-se assegurado e está estabelecido que cabe ao Estado a contribuição de disponibilizar informações contidas em arquivos mantidos pelo poder público e o cidadão tem a prerrogativa de acessá-las para pesquisa e para comprovação de direitos. Abordou as atribuições da profissão de Arquivista, regulamentada pela lei 6.546/1978, e pontos da lei 8.159/1991, já abordada anteriormente. Destacou que a política pública de arquivos de um município deve compreender todas as fases do ciclo vital dos documentos. Do ponto de vista arquivístico, falou da grande expectativa referente à política pública de arquivos a ser implementada pelo município, que deve ser pensada e implementada em sua totalidade, de forma sistêmica, com investimentos continuados e não recursos ocasionalmente vindos de editais e com um corpo técnico multidisciplinar e, principalmente, concursado. Afirmou que não gostariam de ver os arquivos públicos sendo privatizados. Trouxe questões relacionadas aos arquivos para reflexão: Quantos documentos de arquivo são produzidos cotidianamente no âmbito da administração pública, tanto analógicos quanto digitais?; Como são organizados os documentos recebidos, gerados e acumulados no âmbito da administração pública atualmente, são tratados com

padrões e critérios arquivísticos?; Como é pensada a organização dos documentos nos mais diversos formatos e suportes?; A gestão de documentos e a gestão da informação potencializam a tomada de decisão dos gestores?; Quantos processos de trabalho foram modificados e quantos novos documentos foram criados, produzidos ou armazenados nas mais diversas áreas do governo nos últimos dois anos? Explicou que o papel do arquivista na administração pública não está exclusivamente restrito ao fazer arquivístico em um determinado arquivo histórico ou municipal, ou ainda em um setor específico, mas no de pensar, contribuir e propor alternativas para melhoria da sociedade por meio de políticas de arquivos que contemplem sistematicamente toda a estrutura de uma organização, de uma instituição ou de um município. Citou o grande teórico da área dos arquivos, o francês Bruno Delmas, quando diz que *“os arquivos servem para motivar eficientemente os responsáveis pelo Estado a definir uma política, a justificar o gasto público na medida certa, a fazer com que o conjunto da sociedade seja beneficiado”*. Afirmou que as instituições que perdem seus arquivos não se recuperam. Lembrou que depois de um incêndio ou de uma tempestade, os prédios podem ser reconstruídos e as máquinas substituídas e que as instituições terão todas as chances de se reerguerem se elas conservarem os seus arquivos, mas se os perderem correm o risco de desaparecer. Concluiu dizendo que os documentos de arquivos são vitais e que os arquivos são um desafio político.

### **Ana Paula Santos Ramos**

Explicou que sua contribuição seria no sentido de relatar a experiência prática das atividades que vêm sendo desenvolvidas no Arquivo Público Municipal de Camaçari desde a contratação dos arquivistas através do concurso público realizado no ano de 2010. Falou que o maior desafio é tentar modificar a cultura organizacional, entender que o arquivo não é arquivo morto, que não é depósito de documentos, mas sim um órgão dinâmico que atua diretamente na produção dos documentos, no dia a dia das instituições. Lembrou que o arquivo nasce primeiro para atender a necessidade da administração. Afirmou que a proteção aos documentos é uma obrigatoriedade imposta pela legislação brasileira desde a Constituição de 1988, que determina a proteção dos documentos públicos e os define como patrimônio cultural do Brasil, assim como o dever da gestão documental e proteção aos documentos públicos, determinada pela Lei de Arquivos. Afirmou que a Lei de Acesso à Informação, a Lei de Transparência e a LGPD garantem direitos ao cidadão que perpassam pelo fornecimento de documentos e informações que devem estar disponíveis e acessíveis quando solicitadas. Relatou que o Arquivo Público Municipal de Camaçari foi criado dentro de um regimento interno, sem uma legislação própria, no ano de 2007, vinculado à Secretaria

de Cultura do Município, com o objetivo de recolher toda a documentação oriunda das secretarias, em especial os documentos de valor histórico. Porém não contava com nenhum instrumento de avaliação documental, tais como código de classificação e tabela de temporalidade, tampouco atividades de gestão de documentos, que são essenciais para o tratamento aos documentos. Afirmou que isso impossibilitou, a partir do ano de 2012, o recebimento dos documentos oriundos das secretarias, o que gerou acúmulo de documentos, dificuldade de acesso a documentos e informações e prejuízos de ordem legal, judicial e financeira. Relatou que, com a contratação dos arquivistas, que entraram no quadro da Prefeitura de Camaçari a partir do ano de 2013, foi iniciado o trabalho de sensibilização dos gestores da administração com o intuito de institucionalizar o arquivo público municipal, de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Arquivo, para que esse órgão fosse criado através de lei, com poder normatizador para padronizar e gerenciar a produção, uso e destinação final de todo e qualquer documento produzido ou recebido pela Prefeitura e ainda, através dos acordos de cooperação técnica, recolher os documentos de autarquias ligadas à Prefeitura. Pontuou que a Prefeitura de Camaçari conta, atualmente, com um quadro de sete arquivistas que adotaram diversas ações no intuito de sensibilizar a administração para fomentar a criação do arquivo público municipal, entre elas, a emissão de relatórios técnicos informando à administração e aos setores jurídicos da obrigatoriedade da proteção dos documentos e dos riscos aos quais estes estavam expostos. Contou que, finalmente, no ano de 2019, o arquivo público municipal foi criado através da Lei 1.604/2019, seguindo as orientações do Conarq através da Cartilha de Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais. Destacou que, embora recente, a aplicação da lei já vem gerando resultados, principalmente no setor de Recursos Humanos, onde as ações mais efetivas estão sendo executadas. Entre as ações positivas oriundas do arquivo público municipal de Camaçari, destacou a racionalização da produção documental, evitando a produção de documentos de forma desnecessária. Explicou que, com a análise baseada na gestão de documentos, conseguiram reduzir um quantitativo de 30% da produção documental no setor de RH. Também pontuou a redução do quantitativo de tipos de processos administrativos produzidos; a adequação dos documentos produzidos às leis que os geraram; e a orientação, de forma normativa, do serviço de digitalização, pois é preciso ter critérios nessa atividade, que possui investimento alto. Defendeu que o arquivista tem um papel muito importante dentro das instituições, trazendo benefícios e resultados práticos, impactando na redução de gastos de material e no tempo perdido na análise de documentos que nem deveriam ter sido criados. Finalizou dizendo que todas as ações do Arquivo Público Municipal de Camaçari só foram possíveis por conta do trabalho dos arquivistas na execução dos princípios e diretrizes da arquivologia.



## **Gustavo Moris**

Afirmou que a lei fixa o cargo de Analista de Gestão Pública, subdividido por áreas de atuação, e prevê um número de vagas que estão aguardando uma provocação das secretarias interessadas para que o concurso possa ser realizado. Considerou fundamentais as tarefas e a importância da atividade do analista de arquivologia para a cidade de Salvador e o Poder Executivo Municipal, tendo em vista a quantidade de documentos que possuem e onde consta o acervo histórico e cultural. Comentou sobre a mudança na questão da documentação física para a digital, gerando um volume cada vez maior de documentos que precisam ser indexados, catalogados, arquivados numa nuvem ou plataforma digital, para que esse acervo esteja à disposição da Prefeitura, bem como possa ser franqueado o acesso aos cidadãos interessados. Afirmou acreditar que a Prefeitura precise dessa atividade e profissão, talvez com uma nova habilidade tecnológica, mas que a realização do concurso depende das demandas das secretarias e órgãos. Afirmou que é importante a sensibilização da Secult nesse sentido para que, havendo prioridade orçamentária e havendo a demonstração da necessidade e importância dessa tarefa para a administração pública, principalmente no que tange à tomada de decisões, a Prefeitura possa realizar arquivamentos cada vez mais precisos, que vão culminar em tomadas de decisão mais pautadas em informação do que em sentimentos ou intuições.

## **Adriana Pacheco dos Santos Caldas**

Salientou que o arquivo municipal da cidade vem passando por um novo momento de transformação, pois tudo que envolve o tratamento arquivístico, a parte de restauro e de digitalização, além da construção de um edifício próprio para instalação de um arquivo com dependências para o funcionamento pleno de um arquivo público, demonstra um interesse do poder público em entregar um equipamento completo e em pleno funcionamento para a cidade e para os cidadãos. Afirmou que é conhecida, por parte do poder público, a necessidade de pessoal qualificado para aparelhar o arquivo histórico da cidade. Falou da evolução da obra do prédio que está sendo construído no bairro do Comércio, próximo ao Mercado Modelo, e que estão atravessando uma fase de mudanças, com o advento de conceitos diferentes, a exemplo do Centro de Interpretação da História da Cidade de Salvador, estando a Casa da História e o Arquivo, juntos, como equipamentos oferecidos para a cidade.

## **Érica Carolina Serrano Borges**

Reafirmou a necessidade de um arquivo público eficaz e o cumprimento da incorporação do arquivista ao quadro efetivo do município de Salvador, viabilizando a utilização dos recursos financeiros adequados.

## **Simone Costa**

Afirmou que está responsável, enquanto Prodetur/Secult, pelo desafio de implementar o Centro de Interpretação do Patrimônio e o Projeto de Tratamento do Acervo Municipal, além de um trabalho interno de pensar a implantação do arquivo público da forma mais adequada possível, que inclui pensar na lei de criação da política de arquivos e na transição de arquivo histórico para arquivo público municipal, dentre outras questões. Afirmou que está sendo desenhado um plano de gestão para o novo equipamento, além de estarem trabalhando no sistema de gestão dos documentos, na criação de um sistema municipal de arquivos e em um levantamento para mapeamento das necessidades. Ponderou que o arquivo está saindo de uma estrutura inadequada para um prédio de 11 andares, com previsão de salas de oficinas, laboratório de digitalização e de tratamento dos futuros acervos, manutenção e recolhimento dos documentos que estão nas secretarias, um andar inteiro exclusivo para consulta de adultos, jovens e crianças, além de um auditório multiuso. Convidou todos a conhecerem o conceito do complexo Casa das Histórias de Salvador e Centro de Interpretação e Arquivo Público, projeto construído pela Secretaria de forma participativa e coletiva.

## **Considerações finais**

## **Maria Teresa**

Afirmou que o Arquivo Público do Estado da Bahia visitou o projeto que se encontra em curso capitaneado pela Secretaria de Cultura do município. Registrou que, conforme foi mencionado por Nádia Kojio, os arquivos públicos estaduais prestam assistência aos arquivos municipais com vistas a fortalecer o sistema nacional de arquivos.

## **Leide Mota de Andrade**

Afirmou que a Associação está acompanhando a construção do novo prédio e o trabalho do consórcio para o novo arquivo de Salvador, inclusive a contratação dos terceirizados, que estão fazendo o trabalho de requalificação, digitalização e higienização para a mudança para o novo prédio. Lembrou que o que motivou o pedido da audiência em curso foi demonstrar à Prefeitura de Salvador a necessidade do cumprimento da lei, para que se tenha arquivistas concursados.

## **Augusto Vasconcelos**

Parabenizou os arquivistas pela luta em defesa de que o arquivo seja o espaço da memória, da transparência e da informação, um espaço de cultivo à história de nosso povo. Destacou a trajetória militante dos profissionais da área, que querem melhores condições de trabalho, investimento em políticas públicas e o tão sonhado concurso público para a Prefeitura Municipal de Salvador.

### **Sistematização dos encaminhamentos:**

- Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência.

Salvador, 13 de outubro de 2021.

Augusto Vasconcelos

Vereador

Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Thamires Almeida

Coordenadora Técnica da Ouvidoria

Matrícula 6065

## Anexos

### Mensagens do chat da Sala Virtual

From Djalma Vieira to Everyone: 02:00 PM  
Muito grato, Aloísio! Satisfação, querido.

From Gillian Queiroga to Everyone: 02:00 PM  
Parabéns ao vereador Augusto Vasconcelos pela iniciativa da audiência!

From Lucas Monte Verde to Everyone: 02:02 PM  
Boa tarde à todos... Pará dando suporte pra AABA.

From Me to Everyone: 02:03 PM  
Seu microfone foi mutado, Augusto

From Priscila Cabral to Everyone: 02:09 PM  
Boa tarde a todas e todos. Priscila Cabral, assessoria da vereadora Maria Marighella.

From Márcia Regina to Everyone: 02:12 PM  
boa tarde a todos e todas!

From José Nilton Junior to Everyone: 02:13 PM  
Boa tarde!

From Lucas Monte Verde to Everyone: 02:13 PM  
Leide

From Milton to Everyone: 02:14 PM  
boa tarde

From Milton Bezerra to Everyone: 02:14 PM  
boa tarde

From Lucimar Oliveira to Everyone: 02:15 PM  
Boa tarde

From LG K9 to Everyone: 02:16 PM  
buenas tardes a todos!! muy interesante tema.

From Jose Figueiredo to Everyone: 02:16 PM  
Boa tarde. Momento importante para nossa área. PARABÉNS a todos pela iniciativa

From LG K9 to Everyone: 02:20 PM  
Leite Mota muy interesante e importante reflexión para tener conciencia a salvaguardar las histórias públicas.

From Fernando Braga Acesso Ass. Documental to Everyone: 02:21 PM  
Ceará tem 184 municípios, nós aqui só temos 4.

From Fernanda Linhares to Everyone: 02:22 PM  
Fico muito feliz de trazermos esse debate para uma audiência pública. Como arquivistas, sabemos da importância desse momento para nossa categoria.

From Fernando Braga Acesso Ass. Documental to Everyone: 02:23 PM  
Boa tarde. Sou Fernando Braga, Estou Presidente dos Arquivistas do Estado do Ceará – ARQUIVICE

From Lucas Monte Verde to Everyone: 02:23 PM

o Pará tem 144 municípios e nenhum arquivo público municipal. Agora que tem umas duas cidades se mobilizando (Belém e Barcarena).

From Jose Figueiredo to Everyone: 02:23 PM

Os Arquivos Públicos de Salvador necessitam de arquivista e NÓS estamos aqui prontinhos para contribuir para preservar, salvaguardar e disseminar NOSSA HISTÓRIA

From Ivana Severino - UFBA- BA to Everyone: 02:24 PM

Excelente, Leide Mota!

From Lucas Monte Verde to Everyone: 02:24 PM

Excelente, Leide s2

From Fernando Braga Acesso Ass. Documental to Everyone: 02:25 PM

Sou Bibliotecário com especialização na área da Arquivologia.

É uma luta Grande.

From Lucimar Oliveira to Everyone: 02:25 PM

Olá Fernando Braga, seja bem vindo

From Fernando Braga Acesso Ass. Documental to Everyone: 02:25 PM

Fernando Braga – Ceará

From Lucimar Oliveira to Everyone: 02:26 PM

Lucimar Oliveira. Bibliotecária da Fundação Mário Leal Ferreira. Membro do GT de apoio a Secult para implantação no "novo Arquivo"

From Fernando Braga Acesso Ass. Documental to Everyone: 02:26 PM

Olá Lucimar, um abraço.

From Carlos Lima to Everyone: 02:30 PM

Carlos Lima - Arquivista do Arquivo Público Municipal de Paracatu, Noroeste de Minas Gerais.

Boa tarde!!!

From Ivana Severino - UFBA- BA to Everyone: 02:35 PM

Obrigada Nadia, excelente.

From simonecosta to Everyone: 02:36 PM

Simone Costa - Coordenadora do Núcleo de Ações Turísticas do Prodetur Salvador. Gestora dos contratos de Implantação do "Novo" Arquivo Público e do Centro de Interpretação do Patrimônio de Salvador

From Fernando Braga Acesso Ass. Documental to Everyone: 02:36 PM

Nosso diretor do Arquivo Público do Estado do Ceará é Prof. Dr. Márcio Porto.

From Lucimar Oliveira to Everyone: 02:38 PM

A fala de Nadia foi excelente, parabéns

From Fernando Braga Acesso Ass. Documental to Everyone: 02:39 PM

Bem vinda, Profa. Dra. Maria Teresa.

As duas falas, foram excelentes. nos dá clareza da importância dos Arquivos e dos profissionais que ali estão.

From Jose Figueiredo to Everyone: 02:40 PM

JOSY FIGUEIREDO: Arquivista/ Especialista em Gestão de Documentos e Informações/ Mestranda em Museologia/ UFBA

From Fernando Braga Acesso Ass. Documental to Everyone: 02:40 PM

Também que deixa claro que a luta é grande, haja visto da quantidade de arquivos municipais no Brasil.

From Jose Figueiredo to Everyone: 02:40 PM  
Importantes todas as FALAS

From Fernando Braga Acesso Ass. Documental to Everyone: 02:41 PM  
Boa tarde. Sou Fernando Braga, Estou Presidente dos Arquivistas do Estado do Ceará – ARQUIVICE  
Presidente da Associação dos Arquivistas do Estado do Ceará - ARQUIVICE

From Jose Figueiredo to Everyone: 02:48 PM  
Muito importante tudo que está sendo discutido

From Fernando Braga Acesso Ass. Documental to Everyone: 02:49 PM  
O importante é a sociedade dá andamento pós audiência pública.

From Jose Figueiredo to Everyone: 02:50 PM  
Verdade. Acontecer na prática. Justo e necessário!!

From Ivana Severino - UFBA- BA to Everyone: 02:51 PM  
Que maravilha ouvir nossa mestra, querida professora Maria Teresa. É sempre um grande prazer e aprendizado ouvi-la.

From Fernando Braga Acesso Ass. Documental to Everyone: 02:52 PM  
Vereador, muito importante essa causa e parabéns por sua iniciativa.

From Lucimar Oliveira to Everyone: 02:52 PM  
Teresa, obrigada pelos esclarecimentos

From Fernando Braga Acesso Ass. Documental to Everyone: 02:55 PM  
Excelente fala, Profª Dra. Maria Teresa.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1970-1979/L6546.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6546.htm)  
Que regulamenta os Arquivistas.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm)  
Lei dos Arquivos

From Ivana Severino - UFBA- BA to Everyone: 03:01 PM  
professor Gillian toca em pontos fundamentais; #nãoa privatização#; #concursopúblicojá# Parabéns professor.

From Lucimar Oliveira to Everyone: 03:01 PM  
Concordo com você Ivana

From Márcia Regina to Everyone: 03:02 PM  
Fala corajosa e pertinente! Parabéns, professor Gilian!

From Lucimar Oliveira to Everyone: 03:03 PM  
Meu professor Gillian!!!! Parabéns

From Ivanir Bispo - Arquivista to Everyone: 03:03 PM  
Obrigada! Professor Gillian

From Fernando Braga Acesso Ass. Documental to Everyone: 03:04 PM  
Todo Audiência Pública, requer uma partida para decisões e projetos de políticas públicas.  
parabéns, Prof. Excelente fala.  
Boa Tarde Ana Paula

From Sany Santana to Everyone: 03:06 PM  
Boa tarde p todos (as)!

From Carlos Lima to Everyone: 03:19 PM

Particularmente aqui em Paracatu-MG, o Arquivo Público Municipal presta um serviço crucial na garantia dos direitos do cidadão, haja vista as corriqueiras solicitações de acesso e reprodução de documentos decisivos para aposentadoria rural, sepultamento de familiares, retificação de limites de terra, fundamentação para requisição de cidadania estrangeiras, além de inúmeras pesquisas acadêmicas. É lamentável, entretanto, que especialmente no interior do Brasil, essa não menos importante instituição, chamada Arquivo Público Municipal, não goze do prestígio necessário para sua manutenção e modernização. Os recursos financeiros raramente chegam de fato nesses equipamentos públicos. Parte do que nós arquivistas e servidores devotados com a causa arquivística municipal conquistamos é, modéstia parte, alcançado com muito esforço próprio e doação pessoal. Mas, sempre vale à pena essa dedicação quando sabemos que grande é a carga tributária a que todos estamos sujeitos e testemunhamos a felicidade dos usuários.

From Milton to Everyone: 03:21 PM  
muito importante os temas abordados

From Lucimar Oliveira to Everyone: 03:22 PM  
Sem dúvida Ana Paula, o profissional é indispensável para que a política exista e seja aplicada

From Milton to Everyone: 03:22 PM  
tenho que ir em uma emergência aqui ,,  
foi top

From Ivana Severino - UFBA- BA to Everyone: 03:23 PM  
Obrigada Ana Paula pela exposição, parabéns!

From Sandra Tanajura M Galeffi to Everyone: 03:23 PM  
todos contribuindo muito , parabéns a todos

From Fernando Braga Acesso Ass. Documental to Everyone: 03:23 PM  
Ana Paula, contribuiu muito. Parabéns!!!

From Lucimar Oliveira to Everyone: 03:23 PM  
A exposição da experiência de Ana Paulo foi excelente

From Márcia Regina to Everyone: 03:24 PM  
Parabéns, Ana Paula!

From Lucimar Oliveira to Everyone: 03:25 PM  
Chega a ser uma contradição que precise haver um projeto de indicação para a realização de concurso de uma carreira que já foi criada. Participei da criação do cargo à época do Plano de Cargos

From Marlene Coelho to Everyone: 03:26 PM  
Boa tarde a todos. Obrigada Leide pelo convite. Parabéns pela excelente iniciativa. Avante AABA.

From Jose Figueiredo to Everyone: 03:27 PM  
PARABÉNS Ana Paula. Excelente trabalho. Excelente exposição

From Ivana Severino - UFBA- BA to Everyone: 03:31 PM  
Carlos as tuas colocações são excelentes, mas quero destacar um ponto da tua fala "esforço próprio e doação pessoal". É isso que vimos em muitos setores públicos e privados no nosso setor de arquivos, muita dedicação do profissional e nenhum apoio institucional. Durante a FPI realizada em 2018, em Museus, Arquivos e Bibliotecas de Salvador podemos constatar que muito do que está sendo preservado nessas instituições vem de ações pontuais de profissionais preocupados com estes bens patrimoniais, e não de ações governamentais. Por isso, a importância dos concursos públicos e dos investimentos nessa área.

From Lucimar Oliveira to Everyone: 03:35 PM

Como membro do GT de apoio a Secult, fiz um levantamento de todos os profissionais que o Arquivo necessita para entrar em funcionamento. A equipe é multidisciplinar mas arquivista encabeça a lista. Acredito que a Secult tenha solicitado este trabalho por ter intenção de abrir as vagas para concurso

From Ivana Severino - UFBA- BA to Everyone: 03:39 PM  
excelente Lucimar!

Quero pedir licença aqui para parabenizar Adriana Pacheco, durante a FPI nos recebeu muito bem e não mediu esforços para apresentar a realidade vivida, naquele momento, pelo Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

From Márcia Regina to Everyone: 03:41 PM  
Parabéns, Adriana! Seu trabalho é fundamental no AHMS!

From Lucimar Oliveira to Everyone: 03:42 PM  
Adriana, maravilhosa!!!!

From Drianinha to Everyone: 03:42 PM  
Boa tarde, Obrigada minhas queridas!

From Lucimar Oliveira to Everyone: 03:44 PM  
Quero aqui agradecer e parabenizar a AABA e o vereador Augusto pela realização dessa audiência. Nós estávamos muito carecidos desse espaço e desse debate

From Ivana Severino - UFBA- BA to Everyone: 03:49 PM  
Obrigada ao vereador Augusto Vasconcelos, parabéns a AABA por este importante audiência.

From Giselle Bispo to Everyone: 03:50 PM  
Parabéns a todos os envolvidos!

From Carlos Lima to Everyone: 03:52 PM  
Parabéns a todos pela preocupação e contribuições!!!

From LG K9 to Everyone: 03:53 PM  
muchísimas gracias y muy interesante tema a tomar conciencia sobre los archivos. Soy Emma Miranda de Puerto Iguazú Misiones Argentina y trabajé en un archivo municipal por varios años, es un lugar muy cautivador que terminé amando dicho ambiente. Gracias y felicitaciones a todos.

From Sany Santana to Everyone: 03:53 PM  
Parabéns aos que participaram desta Audiência Pública. Falas mto pertinente!

From Lucimar Oliveira to Everyone: 03:55 PM  
Será um grande prazer recebe-los  
o servidor de carreira e fundamental

From Márcia Regina to Everyone: 03:57 PM  
Parabéns a Todos! Obrigada e Parabéns pela iniciativa!

From Tassila to Everyone: 03:58 PM  
Esta audiência traz esperança para contratações de arquivistas por concurso público e conseqüentemente uma preservação da memória do nosso município, bem como a garantia dos direitos dos cidadãos! Parabéns pela iniciativa dos envolvidos!

From Carlos Lima to Everyone: 04:02 PM  
Forte aos meus colegas e conterrâneos!!

From Adriana to Everyone: 04:02 PM  
parabéns a todos

From Aline Carvalho to Everyone: 04:06 PM



Parabéns a todos!

From Djalma Vieira to Everyone: 04:06 PM

Parabéns a AABA pela iniciativa; ao vereador Augusto Vasconcelos pelo apoio aos profissionais arquivistas e a importância que tem dado aos Arquivos, Centros de Documentações e setores administrativos municipal que possuem arquivos e documentos que devem receber total tratamento técnico patrimonial; a todos e todas participantes desse evento e ouvintes/telespectadores.

From Alan Valadares to Everyone: 04:07 PM

Estamos juntos nessa luta, presidenta. Parabéns ABBA e equipe competente da Ouvidoria.  
AABA\*

From Ivanir Bispo - Arquivista to Everyone: 04:07 PM

Parabéns para todos.

From Lucimar Oliveira to Everyone: 04:07 PM

A AABA faz um trabalho de grande importância. Como servidora efetiva sei a importância de termos arquivistas na Prefeitura

From Sandra Tanajura M Galeffi to Everyone: 04:08 PM

parabens a todos,!

From Fernando Braga to Everyone: 04:09 PM

parabéns aos envolvidos!!!

### **Mensagens do Facebook**

Ceta Tourist

Deveria convidar o Secretário de Cultura do Município de Salvador, Sr Fábio Mota, para falar sobre o concurso para ARQUIVISTA PARA O ARQUIVO MUNICIPAL. JÁ O INTERPELEI NO SITE DA PASTA, MAS NÃO OBTIVE NENHUMA RESPOSTA...

Ceta Tourist

A UFBA, ATRAVÉS DO ICI, DEVE ABRAÇAR TAMBÉM ESSA LUTA JUNTO AOS PODERES PÚBLICOS DA CAPITAL E DO ESTADO DA BAHIA, NA CONTRATAÇÃO DE ARQUIVISTA, CONCURSO, ETC. AFINAL, A UFBA FORMA DEZENAS DE ARQUIVISTAS TODOS OS ANOS NA CAPITAL BAIANA!

Ana Lúcia Brito

Boa tarde! Excelente fala bem esclarecido a cerca da importância dos arquivos.